

*Professores (Jornalismo)*



Um recado inicial: sou devidamente formado por escola de Comunicação e tenho o competente registro profissional de jornalista, exigido pelo Ministério do Trabalho. Ao defender a abertura da profissão a não-formados pelas escolas de Comunicação, não estou, portanto, advogando em causa própria.

A verdade é que, por melhor que seja uma escola de Comunicação, ela jamais terá condições de fornecer a seus alunos todo o instrumental necessário para lidar com o universo complexo e diversificado de temas que compõem, hoje, o cotidiano dos jornalistas.

Exemplos concretos: 1 — O recente pacote fiscal proposto pelo governo e aprovado pelo Congresso, há cerca de um mês, desorientou até os jornalistas mais experientes, inclusive aqueles cuja especialidade é, justamente, traduzir para linguagem acessível o "econômico" de certos atos oficiais.

Parece-me evidente que escola alguma de Comunicação poderia dar a seus alunos uma formação suficiente para que eles traduzis-

sem corretamente os alcances do citado pacote.

2 — Da mesma forma, a cobertura dos fatos que estão ocorrendo na América Central (para não ir muito longe e citar apenas uma área geográfica de frequente atuação de jornalistas brasileiros) exige um "background" que escola alguma de Jornalismo poderá dar.

Pode-se contra-argumentar com o fato de que mesmo os melhores alunos saídos das faculdades de Economia e História, digamos, também teriam dificuldades sérias para lidar com os temas citados.

Perfeito. Mas, se formados em Jornalismo ou em Economia estão em igualdade de condições para tratar de determinados assuntos, por que, então, privilegiar os primeiros, com a reserva de mercado representada pelo veto aos não-formados?

Não há razão alguma, até porque não é nas escolas de Comunicação que os candidatos a jornalistas

adquirirão as duas características básicas para o bom exercício da profissão. A primeira é simples, ainda que mais difícil de se encontrar do que geralmente se pensa: saber escrever, o que significa não apenas respeitar as regras gramaticais, mas também ordenar o pensamento de uma forma lógica e de compreensão fácil.

É evidente que não se aprende a escrever na faculdade (em qualquer faculdade), mas no ciclo básico ou, em alguns raros casos, por autodinamismo.

O segundo requisito chama-se talento (ou vocação, ou competência, ou qualquer outra designação semelhante que o leitor prefira). É óbvio que talento não se aprende na escola, seja ela de Jornalismo ou de qualquer outro ramo do conhecimento humano. Tem-se ou não.

Fica claro, a meu ver, que o estudante de Jornalismo não está, ao completar o curso, mais equipado para a profissão do que qual-

quer outro universitário. Não há, portanto, razão alguma para que se mantenha a reserva de mercado para os formados, exclusivamente, em Jornalismo.

Aliás, se alguém se der ao trabalho de elaborar uma lista de jornalistas de primeiríssima qualidade que não passaram por faculdade de Comunicação vai verificar que ela será, em quantidade e qualidade, certamente superior (e muito) à dos que cursaram tais escolas.

Diga-se que a questão da reserva de mercado, no jornalismo, não interessa apenas aos profissionais da área ou às empresas jornalísticas. No fundo, é um tema que envolve toda a sociedade, na medida em que, nele, está embutida a questão do excesso de regulamentos que é marca registrada deste país. Tudo aqui é regulamentado, desde a maneira de fazer debates na televisão, com candidatos a postos eletivos, até as mais diferentes profissões. Os resultados, geralmente, são pouco alentadores.

Não estaremos maduros o suficiente para abrir espaço para o talento, em vez de delegar tudo aos regulamentos?

CLÓVIS ROSSI, 42, é repórter da Agência Folhas e autor de "O que é o Jornalismo" e "Vale a pena ser jornalista?" (a sair em breve).

## A pergunta da Folha

*O exercício da profissão de jornalista deve continuar restrito aos graduados em Jornalismo?*

# Jornalismo exige competência e responsabilidade

OSÉ MARQUES DE MELO



A regulamentação da profissão de jornalista foi uma conquista da categoria. Basta consultar o documentário dos congressos nacionais ou estaduais realizados desde o início do século para verificar que os trabalhadores da imprensa reivindicavam um estatuto legal capaz de protegê-los do arbítrio e da insegurança.

Numa sociedade profundamente autoritária como o Brasil, onde a presença do Estado é constante, aplainando os conflitos sociais e vigiando as relações econômicas, a garantia das oportunidades ocupacionais para os portadores de diploma de nível superior se deu através da reserva de mercado. Médicos, engenheiros, advogados, dentistas, sociólogos, psicólogos etc. possuem faixas de atuação definida, controladas por agências governamentais. Organismos vinculados às próprias profissões se encarregam de fiscalizar o seu exercício e coibir os abusos.

Quando, em 1969, os jornalistas finalmente conseguiram definir o seu espaço de trabalho, legitimando-o politicamente, todos saíram ganhando: os profissionais e a sociedade. A regulamentação da profissão significou a garantia de melhores salários, melhores condições de trabalho. Os benefícios para a sociedade decorrem da atuação de jornalistas que associam o conhecimento da profissão à bagagem humanística e crítica oferecida pela Universidade.

O jornalismo é cada dia mais uma atividade social que exige competência e responsabilidade para o seu exercício. Fazer a mediação entre os acontecimentos que ocorrem diariamente e o desejo de informação dos cidadãos contemporâneos constitui uma tarefa que não pode ser improvisada. Exige habilidades técnicas, discernimento intelectual e conduta ética.

Durante muito tempo as próprias empresas jornalísticas cuidaram da formação dos seus quadros, forjando-os na prática da reportagem, do comentário e da edição. Isso significava que além da pro-

dução regular de notícias, editoriais, foto-legendas, os chefes das redações tinham a incumbência de treinar os novos talentos. E certamente o tempo que poderiam dedicar e produzir informações e opiniões de melhor qualidade era canalizado para funções pedagógicas para as quais nem sempre tinham competência e apetência.

A partir do momento em que a Universidade assume o compromisso de preparar jornalistas teoricamente embasados, eticamente responsáveis e culturalmente providos, não tem sentido voltar ao passado, onerando as empresas com atividades distintas de sua vocação social. Cabe-lhes, isto sim, interagir com as escolas que se dedicam à formação de jornalistas, discutindo os padrões de competência desejáveis e contribuindo para o seu aperfeiçoamento.

Nesta conjuntura de transição democrática, nossa imprensa precisa cumprir o papel que lhe está reservado, democratizando a informação cotidiana, a análise conjuntural, o comentário judicioso. E os processos inerentes a tais fun-

ções só podem ser desempenhados adequadamente por pessoas conscientes de que a notícia não é uma simples mercadoria e de que a opinião não se reduz a mero petardo da luta ideológica.

Avulta, portanto, a necessidade de que as novas gerações de jornalistas possuam preparo acadêmico, unindo teoria e prática, integrando tecnologia e crítica. É certo que persistem deficiências nos cursos de Jornalismo mantidos pelas nossas instituições de ensino superior. Sua superação depende da conjugação de esforços das empresas, dos sindicatos e dos órgãos educacionais. Afinal de contas, os problemas enfrentados pelas escolas de Comunicação são os mesmos que ocorrem nas outras áreas do ensino superior. E até onde sei não se procura abolir a regulamentação das demais profissões universitárias para resolver a inadequação eventual dos graduados que diplomam presentemente.

OSÉ MARQUES DE MELO, 42, é professor e chefe do Departamento de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP e autor dos livros "Comunicação: Teoria e Política" e "A Opinião no Jornalismo Brasileiro".

## Profissão de jornalista

CIRO MARCONDES FILHO



Em outubro de 1969, o governo militar sancionou o decreto-lei 972 que passava a exigir obrigatoriedade do diploma de Jornalismo a todos aqueles que quisessem exercer a profissão em órgão de imprensa do país. Foi uma tentativa de colocar, como se dizia na época, a mordaca na imprensa, que mesmo sofrendo sérias baixas (fechamento do "Correio da Manhã", ameaça a jornalistas, como Hélio Fernandes e tantos outros), insistia em desafiar o arbítrio dos generais.

A lei partia de uma perspectiva ingênua, a de que forçando a passagem dos jornalistas pela faculdade poder-se-ia (pelo controle dos currículos, da seleção ideológica de seus professores, da definição de prioridades) "limpar" o jornalismo dos inimigos do regime. Mais ingênua foi somente a concepção de que o excesso de insubordinação dos estudantes devia-se "à falta de civismo", criando-se, daí, a obrigatoriedade do ensino de EPB em todos os níveis.

A medida, contudo, embora res-

tringisse o campo de seleção profissional da imprensa, satisfazia a uma pequena parcela de estudantes de Comunicação, que via aí garantido seu mercado de trabalho. Por esse motivo, a lei encontrou rapidamente um grupo de apoio que, mesmo não sendo partidário do regime, lucrava como ele: os novos jornalistas que passariam a exigir "o cumprimento da lei" (leia-se: a garantia de seu direito particular, corporativista, de exclusividade no exercício da profissão). Não se deve ignorar, não obstante, que pelas "arcadas" das faculdades de Comunicação passaram excelentes profissionais, que hoje desfrutam de grande crédito no setor. O problema, porém, é de outra natureza: política. Com a lei de 1969 amputaram-se as possibilidades de que sociólogos, politólogos, psicólogos, historiadores, economistas etc. que, por princípio, têm formação específica bem mais sólida que o jornalista, pudessem exercer livremente a profissão (ou fossem incentivados para isso).

Todos sabemos que jornalismo é apenas uma técnica, uma forma de escrever e um aperfeiçoamento do espírito de descobrir a notícia e torná-la acessível a todos, jamais uma ciência que justifique uma

faculdade própria. Os formados em Jornalismo pela prática da entrevista, de redação, de revisão, de copy-desk etc. acabam saindo —quando as faculdades cumprem seu papel— apenas com um bom texto e com o espírito de trabalhar a notícia mais aguçado. É no exercício profissional que aparece o que sempre foi latente no jornalismo: graduados com igual aperfeiçoamento técnico (domínio da máquina, do gravador, da técnica de entrevista) se nivelam e acabam sobressaindo aqueles que além do curso de Jornalismo possuem, por iniciativa própria ou por graduação universitária, outra especialização (que lhes garante conhecimento, autonomia crítica, poder de síntese). Essas coisas não são passadas em escolas de Jornalismo que mal têm tempo e condições para formar alunos, como pedem as exigências mínimas do MEC.

Parece-me que o mais adequado hoje seria a revisão da legislação e a transformação dos cursos de Jornalismo em cursos de especialização em Jornalismo, obrigatórios àqueles que quisessem exercer a profissão (para o imprescindível domínio da técnica) e que tivessem uma formação universitária apro-

priada. Isso facilitaria às empresas jornalísticas a contratação de novos profissionais, pois contaria com candidatos previamente habilitados no que diz respeito à área específica em que iriam trabalhar, bem como abriria o mercado para mais profissionais.

Para que as faculdades de Comunicação não sejam simplesmente desativadas, gerando um grande desemprego no setor, as mesmas poderiam ser ou transformadas em cursos superiores de formação humanística com especialização (após a graduação) em Jornalismo, ou, se não tiverem pessoal e condições para alimentar dois cursos simultâneos, serem transformadas em cursos de especialização profissional acoplados às faculdades existentes para abastecer o mercado com cientistas sociais, especialistas em arte, educação, mass media etc. que tenham condições de dar aos nossos periódicos matérias mais fundamentais, mais substantivas e demonstrem indiscutivelmente que entendem do que escrevem.

CIRO MARCONDES FILHO, 37, é professor adjunto da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, sociólogo e autor de "Imprensa e Capitalismo".